

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EJA: AS CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA¹

Emilly Flausino Gonçalves da Conceição²

Larissa Nóbrega Camargo³

Lorena Bernardes Barcelos⁴

RESUMO: Este estudo apresenta uma discussão sobre a Psicopedagogia e suas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no que diz respeito ao apoio nas dificuldades de aprendizagem recorrentes nesta modalidade educacional. A pesquisa busca responder à seguinte questão: Como a Psicopedagogia pode contribuir para o desenvolvimento dos discentes com dificuldades de aprendizagem na EJA? O objetivo geral é apontar as contribuições da Psicopedagogia para os alunos com dificuldades de aprendizagem na EJA. Neste sentido, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: caracterizar a EJA e as dificuldades de aprendizagem recorrentes na EJA; caracterizar a Psicopedagogia e seu enfoque – a aprendizagem humana; demonstrar como a Psicopedagogia Institucional pode favorecer a aprendizagem do educando na EJA. O caminho metodológico escolhido foi a pesquisa bibliográfica, que contemplou autores significativos na discussão do tema proposto, dentre os quais estão: Paula; Oliveira (2015) e Gadotti (2014) para embasar a discussão sobre a EJA; Bossa (2019), sobre a Psicopedagogia; Sampaio (2021), Camargo (2016) e Freire; Camargo (2021), para nortear a discussão das principais dificuldades de aprendizagem identificadas na modalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Adultos. Aprendizagem. Psicopedagogia Institucional.

ABSTRACT: This study presents a discussion on Psychopedagogy and its contributions to Youth and Adult Education (EJA) with regard to support in recurrent learning difficulties in this educational modality. The research seeks to answer the following question: How can Psychopedagogy contribute to the development of students with learning difficulties in the EJA? The general objective is to point out the contributions of Psychopedagogy to students with learning difficulties in the EJA. In this sense, the following specific objectives were established: to characterize the JaS and the recurrent learning difficulties in the EJA; to characterize psychopedagogy and its. The methodological path chosen was the bibliographic research, which included significant authors in the discussion of the proposed theme, among which are: Paula;

¹ Trabalho final de curso apresentando e julgado como requisito para a obtenção do grau de licenciatura no curso de Pedagogia do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS, em 24 de novembro de 2021.

² Graduanda em de Pedagogia pelo Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. E-mail: emilly.flausino20@gmail.com.

³ Graduanda em de Pedagogia pelo Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. E-mail: nobrega2610@gmail.com.

⁴ Professora do Centro Universitário de Goiás – UNIGOIÁS. Doutoranda em Educação (UFG), Mestra em Letras e Linguística (UFG). Especialista em Orientação Educacional, Supervisão e Gestão Escolar (Uninter). Especialista em Metodologia de Ensino na Educação Superior (Uninter). Especialista em Psicopedagogia (ICG). Especialista em Educação Inclusiva na Perspectiva do AEE (ICG). Licenciada em Letras (UFG) e Pedagogia (Uninter). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3876425808967700>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8056-0256>. E-mail: lorena.barcelos@unigoias.com.br.

Oliveira (2015) and Gadotti (2014) to support the discussion on the EJA; Bossa (2019), on Psychopedagogy; Sampaio (2021), Camargo (2016) and Freire; Camargo (2021), to guide the discussion of the main learning difficulties identified in the modality.

focus - human learning; demonstrate how Institutional Psychopedagogy can favor the learning of the student in the EJA.

KEYWORDS: Adult Education. Apprenticeship. Institutional Psychopedagogy.

Data de Submissão: 12. DEZ. 2022

Data de Aprovação: 01 JAN. 2023

INTRODUÇÃO

O presente estudo adota como tema a Psicopedagogia e suas contribuições para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no que diz respeito ao apoio nas dificuldades de aprendizagem recorrentes nesta modalidade educacional.

A EJA é uma modalidade de ensino destinada criada pelo Governo Federal a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96) para aqueles que não concluíram o ensino básico na idade indicada. Para promover a continuidade dos estudos de forma emancipatória, esta modalidade de ensino deve garantir aos estudantes os recursos necessários para sua formação, incluindo o apoio psicopedagógico adequado ao adulto que apresente dificuldades de aprendizagem.

A Psicopedagogia, por sua vez, é a área do conhecimento cujo enfoque está no processo de aprendizagem do indivíduo, construído a partir da interação com o meio. Para tanto, este processo é analisado de modo global, considerando o sujeito nos aspectos cognitivos, emocionais, orgânicos, familiares e escolares.

A questão norteadora do estudo foi: *Como a Psicopedagogia pode contribuir para o desenvolvimento dos discentes com dificuldades de aprendizagem na EJA?* No intento de respondê-la, foi estabelecido como objetivo central apontar as contribuições da Psicopedagogia para a aprendizagem na EJA. Como objetivos específicos, tem-se: caracterizar a EJA e as dificuldades de aprendizagem recorrentes na EJA; caracterizar a Psicopedagogia e seu enfoque – a aprendizagem humana; demonstrar como a Psicopedagogia Institucional pode favorecer a aprendizagem do educando da EJA.

Nesse sentido, a justificativa desta pesquisa está em apontar um caminho para ampliar as chances de sucesso no processo educacional dos alunos da EJA que, uma

vez acolhidos pelas instituições de ensino, poderão ressignificar a própria trajetória de vida. A metodologia adotada para o estudo é a pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências Bossa (2019), Kortmann e Caierão (2015), Paula e Oliveira (2015) e Sampaio (2021).

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa é de caráter bibliográfico, de abordagem qualitativa. A pesquisa bibliográfica, conforme Gil (2002, p. 44),

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas.

As reflexões aqui apresentadas foram construídas tendo como base teórica os escritos de Bossa (2019), Gonçalves (2020), Sampaio (2021), Paula e Oliveira (2015), Kortmann e Caierão (2015). Foram considerados, ainda, os documentos regulamentadores da Educação de Jovens e Adultos, para melhor contextualizar a modalidade, a saber: Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e a Resolução CNE/CEB n.º 03/2010 (Estabelece a operacionalização da EJA). Por fim, utilizou-se, também, o Documento Curricular para Goiás Ampliado (2019).

3. O PÚBLICO DA EJA E SUAS PARTICULARIDADES DE APRENDIZAGEM

3.1 Breve histórico da EJA no Brasil

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil configura-se em uma política pública educacional que busca oportunizar o acesso ao sistema de ensino às pessoas que não passaram pela educação escolar durante a idade “regular”, conforme é exposto no art. 37, inciso 1º, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho. (BRASIL, 1996).

Entretanto, a princípio, a Educação de Jovens e Adultos, não aconteceu com o intuito de promover a formação deste público alvo. Em 1925, com o objetivo de aumentar o contingente eleitoral, foi criado o ensino noturno para jovens e adultos, já que o cidadão que não sabia ler ou escrever era impedido de votar.

A Constituição Federal de 1934 instituiu no Brasil a obrigatoriedade e a gratuidade do ensino primário para todos, com o intuito de diminuir os índices de analfabetismo no país, que nessa época alcançava 69,9%, tomando por base a população de 15 anos ou mais. Até 1940, esse índice foi reduzido em 13,7%. Nesse mesmo ano, a EJA foi tema de política educacional, sendo referendada pela dotação de 25% dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário (Fnep), destinado, especificamente, ao ensino da população adulta analfabeta. (PARANÁ, 2018, p. 12)

Na década 1960, o professor pernambucano Paulo Freire trouxe uma nova perspectiva de educação para este público, valorizando o educando e suas vivências no processo de aprendizagem escolar. Paulo Freire propôs, em seu aclamado método, a discussão dos problemas, adversidades e experiências vivenciadas pelos alunos.

Em 1963, a proposta de Paulo Freire foi adotada nacionalmente como orientação para a alfabetização de adultos, o que ficou conhecido como “alfabetização em 40 horas”. E, em janeiro de 1964, o governo federal deu início a execução do Plano Nacional de Alfabetização (PNA), para uma política nacional de alfabetização de jovens e adultos em todo o país, coordenada por Paulo Freire (PARANÁ, 2018, p. 12)

Na década de 1970, durante o Regime Militar, foi implementado o Movimento Brasileiro pela Alfabetização, o Mobral, que se assemelhava, metodologicamente, à proposta de Paulo Freire, no sentido de considerar a história de vida dos educandos, porém, não se preocupava com a formação do pensamento crítico, o que era compreensível no contexto do militarismo. O foco do Mobral era ampliar o contingente populacional alfabetizado.

Em 1985, o Mobral encerrou suas atividades e, em 1988, com a promulgação da Constituição, o Estado assumiu a responsabilidade pela educação de jovens e adultos. A Carta Magna atribuía ao Estado o dever de garantir o ensino fundamental gratuito, inclusive, a todos que a ele não tiveram acesso na idade prevista, ou seja, o público da EJA. A partir de então, diferentes ações foram promovidas para garantir a educação supletiva aos jovens e adultos que não houvessem concluído os estudos na idade prevista.

Com o passar dos anos, tais ações enfraqueceram, até que, em janeiro de 2003, em um novo cenário político, foi criada, no MEC, a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, com a meta de findar o analfabetismo no país. Para tanto, foi lançado o Programa Brasil Alfabetizado, pelo qual o MEC direcionou nacionalmente as ações de alfabetização de jovens e adultos e, também, ações para a formação de alfabetizadores.

Em 2019, novas mudanças no cenário político nacional impactaram no Ministério da Educação, na sua estrutura e nas ações e programas até então vigentes. O Programa Brasil Alfabetizado foi substituído pela Política Nacional de Alfabetização (PNA instituída pelo Decreto nº 9.765, de 11 de abril de 2019, e conduzida por meio da Secretaria de Alfabetização (Sealf).

Ao longo desta trajetória, apesar de tantas mudanças e nomenclaturas, a Educação de Jovens e Adultos cumpriu sua função, entretanto, ainda há muito a ser feito. A EJA é muito importante, haja vista o propósito de formar cidadãos que, mais que um lugar no mundo do trabalho, almejam o respeito e a emancipação social através da Educação que, anteriormente, lhes foi negada. Nesse sentido, Gadotti afirma que

Há uma razão simples para argumentar em favor da prioridade à Educação de Jovens e Adultos: a Educação é um direito que não prescreve aos 14 anos. Não priorizar a Educação de Jovens e de Adultos é penalizar duplamente os analfabetos. Não há sociedades que tenham resolvido seus problemas sociais e econômicos sem equacionar, devidamente, os problemas de Educação, e não há países que tenham encontrado soluções para seus problemas educacionais sem equacionar, devida e simultaneamente, a Educação de adultos e a alfabetização. (GADOTTI, 2014, p. 1516)

Ao reconhecer a necessidade de priorizar e investir na educação de adultos, Gadotti retoma a premissa da modalidade: garantir ao adulto o direito de ser ensinado como adulto, isto é, considerando-se suas experiências e formação ao longo da vida. Nas palavras do autor: deve-se utilizar uma metodologia apropriada, que respeite a história de vida do educando, que já foi desrespeitado quando teve seu direito à Educação negado. (GADOTTI, 2014, p. 17) A inadequação metodológica mencionada por Gadotti é uma dentre as dificuldades presentes na EJA, sobre as quais discorre-se a seguir.

3.2 As dificuldades de aprendizagem na EJA

A Educação de Jovens e Adultos representa uma possibilidade de reingresso no sistema educacional que, por razões diversas, não cumpriram a escolarização na idade prevista. Entretanto, justamente pela particularidade de seu público-alvo, a modalidade é marcada por desafios, pois são pessoas que têm muitas responsabilidades além dos estudos, das quais não podem abrir mão.

Tais desafios podem desencadear dificuldades de aprendizagem que, se não forem adequadamente assistidas, podem comprometer a continuidade dos estudos levando, inclusive, à reincidência na evasão. Segundo Sampaio (2021) dificuldade de aprendizagem é toda e qualquer dificuldade sentida pelo sujeito no seu processo de conhecimento de informações sobre o mundo, não se restringindo ao ambiente escolar, embora este cenário favoreça sua percepção. De acordo com a autora,

As dificuldades de aprendizagem dizem respeito às causas exógenas, ou seja, quando há algum fator no ambiente que interfere na aprendizagem, tais como: má alfabetização, metodologia inadequada, fatores emocionais, ambiente familiar conturbado, vínculo inadequado com o professor, dentre outros. (SAMPAIO, 2021, p. 117)

As dificuldades de aprendizagem decorrem de causas externas ao indivíduo, diferentemente dos transtornos de aprendizagem, que têm causa neurobiológica. Afirma a autora que “todas as pessoas com transtorno específico da aprendizagem terão, em maior ou menor grau, alguma dificuldade de aprendizagem” (SAMPAIO, 2021, p. 117).

O educando na EJA, de modo geral, é o jovem ou adulto que volta à escola na tentativa de “melhorar de vida”, através da certificação dos estudos. Na visão de Gadotti (2009, p.31):

Os jovens e adultos trabalhadores lutam para superar suas condições precárias de vida (moradia, saúde, alimentação, transporte, emprego, etc.) que estão na raiz do problema do analfabetismo. Para definir a especificidade de EJA, a escola não pode esquecer que o jovem e adulto analfabeto é fundamentalmente um trabalhador – às vezes em condição de subemprego ou mesmo desemprego.

Além das características apontadas por Gadotti, o aluno da EJA lida com sentimentos que, muitas vezes, prejudicam seu desempenho nos estudos, como a baixa autoestima que pode decorrer, inclusive, do atraso nos estudos ou, ainda, das

causas da evasão escolar no passado. Nesse sentido, é necessário reconhecer que nem sempre o próprio sujeito é o responsável pelo insucesso nos estudos.

Considerar causas extrínsecas e não apenas intrínsecas significa entender que o ambiente exerce forte influência nesta caminhada de sujeito aprendente. É considerar que ele não é o único responsável pelo seu fracasso e que a intervenção psicopedagógica deverá estar para além de tratar apenas o sujeito em um consultório, isoladamente. O sujeito manifesta os sintomas e, de certo modo, é o sintoma dos outros. É o portador do acúmulo de situações assimiladas, introjetadas, incorporadas das experiências vivenciadas na família, no bairro, na escola. (SAMPAIO, 2021, p.113)

A EJA é uma modalidade educacional que, em sua essência, reconhece os desafios dos educandos, pois a premissa é garantir a escolarização daqueles que, por algum motivo, não conseguiram cumprir a educação básica na faixa etária esperada. Assim, deve-se observar que as dificuldades de aprendizagem que se apresentam na modalidade devem ser encaradas de modo diferente do que ocorreria com uma criança, na educação básica regular.

No caso da EJA, antes de definir uma estratégia de intervenção para as dificuldades de aprendizagem, é necessário compreender a gênese dessas dificuldades: baixa autoestima do educando (e suas raízes pessoais e sociais); dificuldades de aprendizagem de fato (não assistidas na infância, e que podem ter contribuído para a evasão); causas neurobiológicas, ou seja, transtornos que, possivelmente, contribuíram para o abandono precoce dos estudos; comprometimentos da saúde, decorrentes das condições de vida, que agora prejudicam a qualidade da aprendizagem (problemas na visão, na audição, má qualidade do sono, sedentarismo, esgotamento físico e mental, doenças crônicas, etc.); inadequação dos processos da instituição de ensino (material didático, atividades propostas, etc.).

Assim sendo, diante de um educando que não esteja envolvido no processo de aprendizagem, cabe à equipe escolar, com um olhar sensível, aproximar-se e buscar indícios do que possa estar causando esse comportamento. Há aspectos que não são passíveis de solução na instituição de ensino, por exemplo, as questões de saúde, mas ainda nestes casos, um olhar atento e a postura acolhedora pela instituição de ensino podem ressignificar o vínculo do educando com a aprendizagem e com a própria instituição. O fortalecimento deste vínculo é fundamental para que a evasão não ocorra.

4 PSICOPEDAGOGIA: CIÊNCIA DA APRENDIZAGEM

A aprendizagem é um processo vivenciado pelo indivíduo desde o seu nascimento até o final da vida. Aprende-se diariamente, num movimento de contínua adaptação ao ambiente e às necessidades por ele impostas. A Psicopedagogia é a área do conhecimento cujo enfoque está na aprendizagem humana, não necessariamente em faixas etárias específicas, ao contrário do que supõe o senso comum que, não raro, associa o trabalho psicopedagógico ao público infantil.

A Psicopedagogia se ocupa da aprendizagem humana, que adveio de uma demanda – o problema de aprendizagem, colocado em um território pouco explorado, situado além dos limites da Psicologia e da própria Pedagogia – e evoluiu devido a existência de recursos, ainda que embrionários, para atender a essa demanda, constituindo-se, assim, em uma prática. Como se preocupa com o problema de aprendizagem, deve ocupar-se inicialmente do processo de aprendizagem. (BOSSA, 2009, p.25)

O fazer psicopedagógico pode ocorrer em dois níveis: o clínico e o institucional. A Psicopedagogia Clínica tem caráter terapêutico, com atendimentos individuais espaços específicos. Segundo Bossa (2009, p.125) o trabalho clínico “busca não só compreender o porquê de o sujeito não aprender algumas coisas, mas também o que ele pode aprender e como.” Neste processo, é estudado como o sujeito aprende, o que o sujeito aprende e por que. Além de compreender a relação do sujeito com a aprendizagem. O processo diagnóstico psicopedagógico é indispensável nessa modalidade, sendo totalmente revisável e contínuo, é registrada toda a intervenção e os métodos trabalhados durante o acompanhamento.

Na Psicopedagogia Institucional compreende-se que a escola tem a função de formar uma sociedade com regras de conduta, sendo a responsável por grande parte do processo de aprendizagem do ser humano pois, a partir da aprendizagem, cada indivíduo se incorpora ao mundo, com uma participação ativa. A psicopedagogia institucional é importante pois na escola cada aluno tem a sua história, uma família e outros fatores que precisam ser observados e estudados, para que haja atendimento preventivo aos problemas escolares.

O trabalho psicopedagógico, portanto, pode e deve ser pensado a partir da instituição escolar, a qual cumpre uma importante função social: a de socializar os conhecimentos disponíveis, promover o desenvolvimento cognitivo e a construção de regras de conduta, dentro de um projeto social mais amplo. A escola, afinal, é responsável por grande parte da aprendizagem do ser humano. (BOSSA, 2019, p.116)

Os professores e alunos são os protagonistas no processo de ensino e aprendizagem na escola, mas participam também outros membros da comunidade e da família. O professor precisa ter uma formação eficiente, de modo que consiga estabelecer uma relação madura e saudável com seus alunos, pais e autoridades escolares. Nesse sentido, cabe ao pedagogo institucional, investigar, interpretar e apresentar a melhor maneira de conduzir as situações individuais dos alunos.

O trabalho psicopedagógico demanda articulações e conhecimento interdisciplinar. No processo de aprendizagem é comum que a instituição de ensino se depare, além do estudante “típico” (sem nenhuma característica ou diagnóstico que particularize seu desenvolvimento), com educandos que tenham dificuldades de aprendizagem, embora isso nem sempre seja evidente à primeira vista. Há, também, os estudantes “atípicos”, com transtornos de aprendizagem e / ou desenvolvimento que prescindem de acompanhamento profissional específico (acompanhamento médico, psicológico, fonoaudiológico, dentre outras possibilidades) paralelamente ao processo de educação escolar.

Nesse sentido, diante da diversidade do público discente, o psicopedagogo institucional tem papel importante, atuando no suporte ao planejamento, ao atendimento escolar especializado (alunos com deficiências que necessitam do AEE) e, ainda, à formação continuada dos docentes, para favorecer o acolhimento aos estudantes, identificar suas necessidades e, dentro das condições da instituição, atendê-las. No caso da EJA, as contribuições do psicopedagogo são igualmente interessantes, pois “como tem por objeto de estudo o processo de aprendizagem humana, pode oferecer subsídios a fim de que se compreenda as especificidades do processo de aprender do adulto, prevenindo o fracasso e o abandono escolar.” (FREIRE; CAMARGO, 2021, p. 67)

5 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA PARA A EJA

Em relação à EJA, a Psicopedagogia pode contribuir tanto no suporte ao aluno, em sua adaptação à retomada dos estudos (considerando, inclusive, possíveis dificuldades de aprendizagem), quanto no suporte à instituição, evitando um desajuste entre o que o público-alvo necessita e o que a escola oferece.

Para entender melhor como a Psicopedagogia é exercida dentro de uma instituição, é preciso compreender que essa área de conhecimento busca compreender o processo de aprendizagem e suas intercorrências, que podem decorrer **fatores extraescolares**, ou seja, não vinculados à instituição de ensino, como **distúrbios neurobiológicos** (dislexia, transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, déficit de processamento auditivo, discalculias) e **experiências emocionais negativas** (convívio sociais, algum acontecimento que obrigou o aluno a abandonar os estudos), dentre outros fatores de ordem cultural, econômico, social, etc. Há, também, as dificuldades de aprendizagem causadas por **fatores intraescolares**, como, por exemplo, a forma como se ensina, a formação do professor, as falhas nas práticas pedagógicas.

De acordo com Boruchovitch; Cruvinel

(...) são inúmeros os fatores que interferem nos hábitos de estudo e na aprendizagem dos alunos. Múltiplos aspectos, ambientais, e individuais, estão envolvidos no processo de aprendizagem. Do ponto de vista de fatores internos ao indivíduo, os aspectos cognitivos/intelectuais, orgânicos e afetivoemocionais estão diretamente relacionados ao processo de aprender. (BORUCHOVITCH; CRUVINEL *apud* SISTO; MARTINELLI, 2008, p. 181)

Os autores destacam, ainda, que embora sejam poucos os estudos que relacionam os problemas de aprendizagem escolar às dificuldades emocionais, são justamente essas dificuldades que levam o sujeito a ficar desmotivado e descrente para aprender, provocando a insegurança e, muitas vezes, levando ao abandono dos estudos como forma de autoproteção contra a discriminação (BORUCHOVITCH; CRUVINEL *apud* SISTO; MARTINELLI, 2008, p. 181)

Os alunos da EJA já chegam na instituição com histórias de vida muito particulares, que os afastam do perfil do educando que cursa os níveis de ensino dentro da idade cronológica prevista. Na EJA, o alunado é composto por jovens e adultos trabalhadores, muitas vezes excluídos social e economicamente, que trazem para as salas de aula suas trajetórias marcadas por situações que, se desconsideradas, podem desmotivá-los. Há que se reconhecer que, no caso do educando da EJA, não raro, o abandono dos estudos ocorreu devido a situações de abandono social e que, por isso, as instituições de ensino devem estar abertas a ouvir os educandos em seus relatos, suas vivências e seus propósitos com a retomada dos estudos, propiciando o acolhimento que, talvez, lhes tenha sido negado no passado.

Diante dessa diversidade, o docente deve sempre primar por uma prática significativa, que envolva o educando e sua história de vida. Ainda assim, caso o professor perceba algum aluno com maior dificuldade que o esperado, é interessante a intervenção do psicopedagogo, pois este profissional tem condições de avaliar a situação e, certamente, conseguirá compreender a situação do educando e quais os processos mais adequados para a melhoria da aprendizagem desse aluno.

O Psicopedagogo atua mediando o sujeito e o que lhe causou a dificuldade de aprendizagem. Ele deve conhecer o problema de aprendizagem que o sujeito está para planejar a intervenção, auxiliando-o a reelaborar, reconstruir sua história a fim de retomar o percurso normal da aprendizagem. (PEREIRA, 2021, p. 184)

O psicopedagogo institucional tem como missão, prevenir e tratar as dificuldades de aprendizagem, para isso precisar conhecer a instituição de ensino, seu projeto político pedagógico, suas metodologias, os profissionais que trabalham ali, antecipando possíveis causas de problemas e fortalecendo aspectos positivos. O psicopedagogo institucional atua como um mediador, trazendo conhecimentos para a equipe escolar, principalmente para o educador, que tem a tarefa mais importante, que é o de ensinar.

A orientação é também para a família⁵, para o restante da instituição, mostrando a importância que todos têm na formação desses alunos. Em sala, o psicopedagogo deve ser discreto em suas investigações, para que a turma se sinta à vontade e aja naturalmente, e assim o profissional possa criar suas estratégias para ressignificar a aprendizagem para os alunos que possuem alguma dificuldade.

Observa-se, assim, que o papel do psicopedagogo na instituição de ensino é fundamental, na criação de um plano de ação, para diagnóstico, promovendo um trabalho de levantar a autoconfiança, autoestima, gerando um ambiente propício para a aprendizagem, o que representa um enorme desafio, uma vez que muitas escolas não contam com este profissional em seu quadro de pessoal.

É importante destacar, ainda, que a atuação do psicopedagogo desde os primeiros anos escolares pode, inclusive, contribuir para a redução de alunos que chegam à EJA, uma vez que a intervenção precoce diante das dificuldades de

⁵ No caso do educando matriculado na EJA, a orientação à família nem sempre se aplica, uma vez que, na maioria das vezes, o próprio educando é o provedor da família, ou um dos.

aprendizagem pode evitar a evasão do educando que, futuramente, voltaria à rede de ensino como aluno daquela modalidade.

CONSIDERAÇÕES

Com o intuito de responder à problemática desta pesquisa – Como a Psicopedagogia pode contribuir para o desenvolvimento dos discentes com dificuldades de aprendizagem na EJA? – foram estabelecidos três objetivos específicos que direcionaram o encaminhamento do estudo: caracterizar a EJA e as dificuldades de aprendizagem recorrentes na EJA; caracterizar a Psicopedagogia e seu enfoque – a aprendizagem humana; demonstrar como a Psicopedagogia Institucional pode favorecer a aprendizagem do educando da EJA. Tais objetivos direcionaram a elaboração das seções que compõem o presente artigo.

A Educação de Jovens e Adultos no Brasil configura-se em uma política pública educacional que busca oportunizar o acesso ao sistema de ensino às pessoas que não o fizeram durante a idade “regular”. O público da EJA consiste de pessoas que têm muitas responsabilidades além dos estudos, das quais não podem abrir mão. Tais desafios podem desencadear dificuldades de aprendizagem que, se não forem adequadamente atendidas, podem comprometer a continuidade dos estudos levando, inclusive, à uma nova evasão.

A Psicopedagogia, por sua vez, é a área do conhecimento cujo enfoque está na aprendizagem humana. O fazer psicopedagógico pode ocorrer em dois níveis: o clínico e o institucional. A Psicopedagogia Clínica tem caráter terapêutico, com atendimentos individuais em espaços específicos. Segundo Bossa (2009, p.125) o trabalho clínico “busca não só compreender o porquê de o sujeito não aprender algumas coisas, mas também o que ele pode aprender e como.” Neste processo, é estudado como o sujeito aprende, o que o sujeito aprende e por que. Além de compreender a relação do sujeito com a aprendizagem. O processo diagnóstico psicopedagógico é indispensável nessa modalidade, sendo totalmente revisável e contínuo, é registrada toda a intervenção e os métodos trabalhados durante o acompanhamento.

Na Psicopedagogia Institucional compreende-se que a escola tem a função de formar uma sociedade com regras de conduta, sendo a responsável por grande parte do processo de aprendizagem do ser humano pois, a partir da aprendizagem, cada indivíduo se incorpora ao mundo, com uma participação ativa. A psicopedagogia institucional é importante pois na escola cada aluno tem a sua história, uma família e outros fatores que precisam ser observados e estudados, para que haja atendimento preventivo aos problemas escolares. No caso da EJA, essas características são intensificadas, pois além do que foi mencionado, há os motivos que levaram o estudante a abandonar os estudos, que podem, inclusive, estar relacionados a dificuldades de aprendizagem não identificadas.

Ante o exposto, concluímos que, na Educação de Jovens e Adultos, a Psicopedagogia pode contribuir tanto no suporte ao aluno, em sua adaptação à retomada dos estudos (considerando, inclusive, possíveis transtornos e dificuldades de aprendizagem), quanto no suporte à instituição, no sentido de privilegiar práticas pedagógicas que envolvam o educando, evitando um desajuste entre o que o público-alvo necessita e o que a escola oferece.

É importante destacar que as redes de ensino, muitas vezes, não mantêm um psicopedagogo nas unidades escolares, especialmente com atuação voltada à EJA. Em muitos casos, estes profissionais estão lotados nas unidades de apoio ou nas próprias secretarias, à disposição conforme demanda. Nestes casos, cabe à unidade escolar, ao identificar os educandos com dificuldades e solicitar o apoio psicopedagógico.

Por fim, é válido ressaltar que as considerações aqui apresentadas não esgotam o objeto do estudo, uma vez que as dificuldades de aprendizagem na EJA podem ser, ainda, bastante exploradas em novas pesquisas, assim como a própria Educação de Jovens e Adultos, a psicopedagogia e seus campos de atuação.

REFERÊNCIAS

BOSSA, Nadia Aparecida. **A Psicopedagogia no Brasil**: contribuições a partir da prática. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece Diretrizes e Bases para a Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n.º 03**, de 15 de junho de 2010. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração

dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jun. 2010, Seção 1, p. 66.

CAIRÃO, Iara; KORTMANN, Gilca Lucena. **A prática psicopedagógica: processos e percursos do aprender**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2015.

CAMARGO, Janira Siqueira. **Avaliação psicopedagógica clínica de adultos: um estudo na EJA**. Curitiba,: CRV, 2016.

CERVO, Amado. Luiz.; BERVIAN, Pedro. A.; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

FREIRE, Camila; CAMARGO, Janira Siqueira. O papel da psicopedagogia na Educação de Jovens e Adultos. In: CAMARGO, Janira Siqueira; COSTA, Leila Pessoa. **Psicopedagogia e Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 67-81.

GADOTTI, Moacir. **Por uma política nacional de educação popular de jovens e adultos**. São Paulo: Moderna: Fundação Santillana, 2014.

GADOTTI, Moacir. **Educação de Adultos como Direito Humano**. São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002

GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação. **Documento Curricular para Goiás - ampliado**. Goiânia: SEDUC; CONSED; UNDIME, 2020.

GONÇALVES, Júlia Eugênia. **Psicopedagogia para adultos e idosos: diagnóstico e intervenção**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2020.

PAULA, Cláudia Regina de; OLIVEIRA, Márcia Cristina. **Educação de Jovens e Adultos: a educação ao longo da vida**. Curitiba: InterSaberes, 2012

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Fundamentos Conceituais e Bases Legais da Educação de Jovens e Adultos**. Curitiba: SEED/PR., 2018. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gestao_em_foco/educacao_jovens_adultos_u_nidade1.pdf. Acesso em: 15 Set 2021.

PEREIRA, Lyandra de Azevedo. Aprendizagem, modalidades e dificuldades de aprendizagem: o trabalho de prevenção do psicopedagogo na instituição. **Revista Acadêmica Educação e Cultura em Debate**. V 7, N. 1, jan-dez. 202. p. 169-189. Disponível em: <https://revistas.unifan.edu.br/index.php/RevistaISE/article/download/684/455>. Acesso em: 15 Set 2021.

SAMPAIO, Simaia. **100 questões comentadas em Psicopedagogia: da teoria à prática**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.